

MORAIS, Vângela Maria Isidoro de. 2018

**Filhos de Deus e netos de Makunaima:  
Apropriações do catolicismo em terras Macuxi.**

Curitiba: CRV, 170p.

---

Carlos Cirino<sup>a</sup>

O livro de Vângela Morais trata das apropriações que os índios Macuxi da aldeia Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR, fazem do catolicismo e como são construídas as práticas culturais a partir de fundamentos cristãos. Ao mesmo tempo, a autora demonstra todo o processo histórico de evangelização dos Macuxi, desde a chegada dos monges beneditinos em 1909 que, por sua vez, teve continuidade quando os religiosos entregaram a tarefa de ‘salvar alma’ para a Missão da Consolata em 1948. A questão, portanto, que permeia toda a obra é como se processa a incorporação dos rituais católicos na dinâmica cultural dos índios Macuxi, especificamente, da aldeia Maturuca.

Vângela Morais é professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR), aborda o tema ao analisar a ocupação colonial da região do Rio Branco, atual estado de Roraima, os aspectos linguísticos e etnônimos, cosmológicos, morfologia da aldeia, organização política, relações de parentesco e assim, traça comparações entre a organização social dos Macuxi, a partir dos trabalhos

---

a. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGANTS da UFRR. Email: carlos.cirino@ufr.br.

etnográficos produzidos sobre o grupo no início do século passado, com a dinâmica atual, apreendida durante o trabalho de campo.

Não obstante, com formação em sociologia e jornalismo, Vângela Moraes consegue manter um olhar atento ao contexto e a tudo que acontece no espaço observado e nos oferece uma descrição densa e rica de detalhes, a possibilitar o leitor uma reflexão sobre a vida social dos Macuxi, como também os conflitos pelo reconhecimento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) e o papel da igreja nessa disputa. Os elementos empíricos do trabalho decorrem de três idas à aldeia Maturuca entre os anos de 2011 e 2012, com duração de três semanas cada uma, ocasião em que participou ativamente de manifestações religiosas, de acordo com o calendário de celebrações católicas. Entre as principais orientações teóricas localizadas na obra, destacam-se os trabalhos de Michel de Certeau, Roger Chartier, Bernard Lahire e André Mary. Dentro de uma abordagem antropológica, busca apoio nos trabalhos de Clifford Geertz, Pierre Bourdieu, Evans-Pritchard, Marcel Mauss, Marshall Sahlins e de antropólogos que se debruçaram em estudar a região e os Macuxi mais recentemente, como Paulo Santilli, Nadia Farage e Edson Diniz.

Na primeira e segunda parte da obra, a autora descreve a sua inserção no campo, as sutilezas e construção dos sujeitos da pesquisa, para em seguida analisar os acontecimentos que marcam as manifestações de fé da aldeia Maturuca, sem deixar de esboçar a trajetória do catolicismo naquele local. A procissão do Domingo de Ramos é registrada a partir dos trabalhos preparativos até a sua celebração. As particularidades são analisadas durante o cortejo que tenta reproduzir a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém. Os indígenas se apropriam desse ritual para também solidificar na memória coletiva a história de luta pela homologação da TIRSS que, por sua vez, perdurou por 32 anos. A aldeia do Maturuca foi o grande centro de resistência e de decisões políticas de toda a região desse processo demarcatório. Como muito bem salienta a autora, durante a procissão, o conteúdo bíblico se presta a refletir “a própria história de vida de luta dos Ma-

cuxi contra o que denominam ‘estado de opressão’, ao fazer do rito um momento de memória das perdas e das conquistas, um instante de encorajamento do processo de organização política” (p. 83). Em síntese, durante as pausas da procissão, lideranças indígenas relembram os momentos de conflitos e luta pelo direito à terra e, com isso, promovem o que poderíamos denominar de um hibridismo cultural, ao afirmarem que Jesus estava junto na caminhada que levou à homologação da TI.

Na segunda parte, a autora analisa a evangelização cristã num contexto mais amplo da região do rio Branco, até o momento em que a Igreja Católica em Roraima passou a ter uma postura pública em defesa dos direitos indígenas. Nesse momento são pontuadas as ações da igreja ao promover uma ruptura com as relações de dependência entre índios e invasores dos territórios indígenas, entre eles, fazendeiros e garimpeiros. Dois projetos são destaques nesse movimento da igreja, a instalação de cantinas comunitárias que atuaram como uma espécie de cooperativas e que tinham o objetivo de neutralizar as ações de atravessadores que vendiam produtos acima do preço de mercado aos indígenas, e o projeto do gado, esse último como resposta ao discurso ideológico dos pecuaristas que diziam ‘terra sem gado era terra sem dono’. A aldeia do Maturuca foi a primeira a receber o projeto denominado ‘uma vaca para o índio’, que consistia no recebimento de 50 vacas e dois touros em cada aldeia e depois de cinco anos repassar o mesmo número de animais as demais aldeias, e assim por diante. Os projetos analisados pela autora tiveram uma grande relevância histórica na defesa dos direitos e do reconhecimento dos territórios dos Macuxi.

Nos capítulos finais, Vângela Moraes demonstra como a TIRSS deu um novo significado à experiência religiosa católica dos Macuxi e como a liturgia foi sendo vinculada às práticas culturais e, principalmente, à defesa da terra como usufruto exclusivo dos índios, como legitima o art. 231 da Carta Magna de 1988. Outro elemento analisado é a forma organizacional do processo de evangelização realizado no

âmbito da aldeia com a chegada da Missão da Consolata, instalada no final da década de setenta. A leitura me fez lembrar projeto de evangelização dos beneditinos quando da chegada à região do rio Branco no início do século passado. O objetivo era instalar um mosteiro num ponto estratégico favorável a um deslocamento dos missionários, ao permitir assim levar a ‘palavra’ a uma ampla área ocupada pelos indígenas. No caso analisado, a missão na aldeia Maturuca tem a finalidade de promover a evangelização e reforçar a fé cristã nas aldeias católicas dentro da TIRSS. O local também se tornou um centro de formação de catequistas indígenas as quais auxiliam nessa tarefa junto com os padres da Consolata. Na época da pesquisa, a autora registrou a existência de 194 aldeias na terra indígena (TI), no entanto, não faz referência ao número de quais têm uma orientação evangélica ou que detém as duas orientações. Temos conhecimento que, nos últimos anos, tem sido crescente a presença de igrejas evangélicas em aldeias indígenas e na TIRSS não tem sido diferentes. Esse fato tem levado a cisão de muitas aldeias nas TIs no estado de Roraima.

O texto contempla uma série de descrições densas das práticas religiosas no cotidiano da aldeia. Entre elas, a oração diária, promovida pelo missionário com o auxílio do catequista que, por sua vez, organizava os ritos religiosos. Mas, o auge do trabalho é o momento em que são analisadas as duas principais celebrações no calendário litúrgico católico, o Natal e a Semana Santa. Os preparativos da missão de natal vêm acompanhados de uma procissão e uma festa onde as tradições indígenas são reinventadas, como a dança do parixara, o beiju e o caxiri. Mas, é o ritual da Via Sacra que consagra, no caso concreto, a apropriação do catolicismo para reforçar as práticas culturais e a luta pela terra. O ritual é uma reconstituição do caminho percorrido por Jesus carregando a cruz, onde 14 estações representam a Paixão de Cristo. Em cada uma delas, os indígenas reproduzem os percalços das perseguições, das injustiças, da opressão, das violências que foram submetidos ao longo da história ainda muito presente e revivida na memória coletiva dos índios da aldeia Maturuca. A despeito da trans-

crição de um discurso em que um indígena questiona as práticas da evangelização do passado, ao asseverar que os religiosos não davam importância à cultura do índio, que a língua nativa não era ‘coisa bonita’ e que foram doutrinados para acreditar num Deus que não é deles, não motiva a autora a elaborar uma análise crítica das mazelas trazidas por essa prática evangelizadora.

Tudo dito, a obra evidencia que é resultado de um trabalho etnográfico por excelência e, ao mesmo tempo, oferece uma reflexão sobre a apropriação do catolicismo na ressignificação das práticas culturais indígenas que, por sua vez, representa uma ferramenta de resistência política.

Recebido em Dezembro de 2019.

Aprovado em Janeiro de 2019.